



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 139/21 FV, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicidade em lugar visível, da lista dos médicos, odontólogos, enfermeiros, gerentes ou gestores e demais servidores que estejam lotados nas unidades de saúde do município de Formosa e que devam prestar atendimento à população”

Autoria: Ver. Filipe Vilarins.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA** aprova:

Art. 1º Ficam os hospitais públicos e/ou conveniados à rede pública municipal de saúde, prontos-socorros, Unidades Básicas de Saúde - UBS, Unidade de Pronto Atendimento - UPA e ambulatórios sediados no Município, obrigados a divulgar em local visível, exposto num quadro de avisos, fixado no “hall” da entrada principais e de acesso ao público, a lista dos médicos e odontólogos plantonistas e, inclusive os com sobreaviso, com o tempo máximo previsto para o deslocamento até o estabelecimento, enfermeiros, gerente ou gestor responsável e outros servidores que naquela unidade estejam lotados e devam prestar atendimento à população.

Parágrafo único. É obrigatório a atualização das informações diariamente ou a qualquer momento que houver alterações e deverá conter:

- I – Nome completo, função e número do registro profissional;
- II – Dias, horário de início e termino do plantão;
- III – Nome dos responsáveis administrativos;
- IV – Nome dos chefes de equipe durante os plantões;
- V - Informações sobre a possível ausência do Plantonista;
- VI - Número de telefone da Ouvidoria da Saúde, com orientações quanto ao procedimento para eventual reclamação.

Art. 2º As informações de que trata o artigo 1º também deverão ser atualizadas e publicadas diariamente nos sites oficiais das unidades de saúde e no site da Prefeitura Municipal de Formosa e da Secretaria Municipal de Saúde, além das páginas oficiais em redes sociais e/ou ferramentas disponibilizadas na rede mundial de computadores.

Art. 3º O não cumprimento no disposto na presente Lei sujeitará os responsáveis a sanções administrativas.

Art. 4º Para cumprir o disposto nesta Lei, os hospitais, prontos-socorros ambulatoriais públicos, Unidades Básicas de Saúde – UBS e Unidade de Pronto Atendimento – UPA, utilizarão a estrutura já existente, como quadros de avisos e demais materiais de consumo, sem geração de novas despesas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 139/21 FV, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

Câmara Municipal de Formosa, 11 de agosto de 2021.

Γ

Vereador

JUSTIFICATIVA:

A transparência é um princípio basilar da ideia de Estado Democrático de Direito, concebido pela Constituição Federal, que visa legitimar as ações praticadas pela Administração Pública por meio da redução do distanciamento que a separa dos administrados. Com esse entendimento e buscando a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados nas unidades de atendimento da rede pública do município de Formosa é que justifica a elaboração do presente projeto de lei. A partir de visita as unidades de saúde e por meio de conversa com os usuários dos serviços, constatamos ser indispensável a divulgação e afixação dos nomes de médicos, odontólogos, profissionais da área, além do gestor da unidade, bem como o número do registro profissional, especialidade, dias e horários dos respectivos plantões/escalas e um canal para possíveis reclamações sobre o não cumprimento de horário ou mal atendimento.

São condições essenciais para a promoção da saúde da população, a assiduidade e a pontualidade dos profissionais nas unidades de atendimento. Desta forma, situações contrárias colocam em risco a saúde do usuário do Sistema único de Saúde (SUS), ferindo a constituição ao impedir o acesso universal aos serviços de saúde.

Entendemos que a melhor maneira encontrada e já aplicada em outros Municípios, é a divulgação através de painel afixado nas principais entradas e de acesso ao público, além do site oficial do Município, bem como se possível tecnicamente, em redes sociais. Certamente havendo a divulgação das listas de escala, a própria população poderá fiscalizar de perto se determinado profissional está ou não cumprindo seu horário de trabalho.

O Desembargador Tasso Caubi Soares Delabary, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relator da ADIN, processo nº 70079286407, em seu parecer estabelece que a lei de obrigatoriedade de divulgação da lista dos servidores que atende a população em unidades de saúde, confere transparência ao serviço público de saúde. O relator destacou também que não há invasão de competência por parte do Legislativo, nem como atribuir aumento de despesa, com oneração aos cofres públicos, pela simples



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 139/21 FV, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

divulgação da escala de médicos, na verdade, imprime concretude ao princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos, conferindo transparência ao serviço público de saúde, iniciativa que deveria ser seguida, e não repelida.

Ademais, este Projeto de Lei reforça alguns princípios basilares da administração pública que apregoam pela fiscalização, transparência e controle social, a publicidade, através de quadros afixados nas salas de espera de todas as unidades pública de saúde, proporcionando a população carente, desprovida de acesso à internet, um meio que possa reivindicar seus direitos.

Com a aplicação desta Lei, esperamos poder diminuir a ausência dos médicos, odontólogos e demais profissionais da saúde escalados, garantindo com que a população possa reivindicar seus direitos assegurados pela Constituição Federal no art. 197.

Alguns conselhos já deram parecer favorável a questão, dos quais podemos citar:

1) Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, Parecer nº 15.063/94, do Conselheiro Pedro Henrique Silveira.

2) Resolução nº 18/98 do Conselho Regional de Medicina do Pará, de 6/4/1998, que no seu artigo 1º estabelece: As instituições que mantêm internações de pacientes devem observar a obrigatoriedade de manter médicos plantonistas cujos nomes devem estar afixados em local visível, e que devem estar aptos a atender os pacientes internados, na ausência dos médicos assistentes.

3) Resolução nº 125/05 do Conselho Regional de Medicina da Paraíba, que versa sobre condição de médico plantonista a distância e regulamenta no seu artigo 8º que o Diretor Técnico/Clinico deverá afixar em local visível a escala dos médicos que estão exercendo atividades nesta modalidade de plantão.

4) CFM 19/2008 Integra: EMENTA: A divulgação de escala de plantão médico pelas instituições médico-hospitalares não se constitui infração aos preceitos éticos, desde que divulgados todos os funcionários de serviço naquele estabelecimento.

Diante o exposto, peço os bons préstimos e espero poder contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Ante o exposto, peço aos pares a aprovação desta matéria.